



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS
PROJETO SEGUNDO TEMPO**

JOSÉ PEREIRA DE MELO

(depoimento)

2010

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpando Memórias – Segundo Tempo

Número da entrevista: E-200

Entrevistado: José Pereira de Melo

Nascimento: 09/09/1961

Local da entrevista: Quality Suítes Congonhas – São Paulo/SP

Entrevistadora: Silvana Vilodre Goellner

Data da entrevista: 09/12/2010

Transcrição: Christiane Garcia Macedo

Conferência Fidelidade: Silvana Vilodre Goellner

Copidesque: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Pesquisa: Marco Antonio Ávila de Carvalho

Mídia: Gravador digital

Total de gravação: 22 minutos e 27 segundos

Páginas Digitadas: 8

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que textual e que a fonte seja mencionada conforme especificação abaixo.

MELO, José Pereira de. *José de Melo (depoimento, 2010)*. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2011.

Sumário

Entrada no Programa Segundo Tempo; coordenação do acompanhamento pedagógico a partir da UFRN, juntamente com a UFRGS; impedimentos jurídicos da UFRN para administrar os recursos; capacitações pelo país; orientação de trabalho monográfico no curso oferecido pela UnB; desafios do Programa: logístico, compreensão da realidade local, diferentes tendências da educação física; avanços do Programa na capacitação e controle social; formatação pedagógica mais definida após diálogos estabelecidos que refletiram numa melhor prática; relação com a Educação Física escolar; equívoco de substituir a Educação Física por projetos sociais; necessidade dos projetos sociais dialogarem com o projeto pedagógico da escola.

São Paulo, 09 de dezembro de 2010. Entrevista com professor José Pereira de Melo, a cargo da pesquisadora Silvana Goellner, para o Projeto Garimpando Memórias do Programa Segundo Tempo.

S.G. – Estou entrevistando o professor José Pereira de Melo, coordenador de uma equipe de colaboradores do Rio Grande do Norte. Pereira, bom dia, gostaria que, inicialmente, tu falasses um pouquinho sobre como tu chegaste ao Programa Segundo Tempo.

J.M. – Ok. Bom dia. Na verdade, a minha chegada no Programa Segundo Tempo foi por meio de um convite do professor Amauri¹ em 2007, quando ligou perguntando se nós teríamos condições de participar desse acompanhamento pedagógico, sendo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte uma ancora também, juntamente, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Naquela oportunidade, eu não tinha nem ideia de como era esse trabalho. Ele perguntou se existia na UFRN uma fundação de apoio, e eu disse que sim. E perguntou como era tratada a fundação - no caso, a FUNPEC² -, dentro da própria Universidade. Eu disse que sim, que havia liberdade, havia mais facilidade para administrar projetos. No mesmo, eu perguntei para que ano seria isso aí, e ele disse que seria no ano seguinte. Então, eu pensei que tudo começaria somente em 2008. Uma semana depois, eu recebo uma série de formulários do Ministério do Esporte, já para efetivar um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para promover capacitações em todo o Brasil, juntamente com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os convênios seriam capacitados. Assustou-me bastante, porque eu não tinha noção de tudo isso. Em fevereiro de 2009, a gente teve um encontro em Maringá com as duas universidades âncoras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte -, e que começamos a desencadear todo esse processo. Ficou mais claro qual era a configuração dessas capacitações e deste acompanhamento. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte receberam descentralização de recursos, mas, no caso da UFRN - responsável pela região norte e nordeste - nós tivemos impedimentos jurídicos para fazer o que a própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul estava fazendo. Então, a maior parte dos trabalhos que estavam destinados a UFRN ficaram a cargo da Universidade Federal do Rio

¹ Amauri Aparecido Bassoli de Oliveira. Coordenador pedagógico do Programa Segundo Tempo.

² Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura.

Grande do Sul. E aí a gente foi trabalhando com capacitações no ano de 2008. Nós não tínhamos ainda essa configuração de equipes. As duas equipes que existiam era uma equipe coordenada pelo Ricardo Petersen³ na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e uma outra equipe de formadores coordenado por mim, lá na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, composta por 13 pessoas. Estas duas equipes, tanto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quanto da UFRN, percorreram todas as regiões do Brasil fazendo esta capacitação. Finalizado este primeiro ciclo de capacitação, começando a discutir um outro modelo de gestão, de acompanhamento desses convênios, nasce a sugestão das equipes colaboradoras. Então, meu início no projeto, em todo esse trabalho, se deu a partir desse convite. Em princípio eu fazia o mesmo papel que o Ricardo faz até hoje, porque depois, com alguns impedimentos jurídicos lá da Fundação de Apoio da UFRN, todo esse trabalho ficou centralizado, todo este apoio logístico, organização de capacitações, publicações, todo esse aparato de elementos que compõe esse processo de acompanhamento administrativo e pedagógico do PST, ficou na Universidade Federal Rio Grande do Sul. Então, hoje eu estou coordenando a equipe colaboradora três, mas o início foi também coordenando uma equipe, mas compondo essas duas equipes âncoras para acompanhamento principalmente das capacitações.

S.G. – E, antes de ser convidado a participar do Programa, tu conhecia o Programa Segundo Tempo? Já existia lá no nordeste alguns núcleos? Tu tinhas algum contato, alguma familiaridade com o Programa?

J.M. – Sim. Porque o contato que eu tive com o Programa Segundo Tempo, foi relativo a um curso, porque terminei orientando uma monografia de um curso de especialização que teve, coordenado pela Universidade de Brasília.

S.G. – Aquele da UnB.

J.M. – Sim. Foi um curso, salve engano, a distância, e eu terminei orientando um trabalho de final de curso e participando de uma banca examinadora de outro pós-graduando, orientado por uma amiga minha. Paralelo a isso, eu tinha um conhecimento, porque lá em Natal, tinha um convênio do Programa Segundo Tempo, vinculado a Prefeitura Municipal

³ Ricardo Demétrio de Souza Petersen. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

de Natal. Então, eu tinha algumas informações a respeito do Programa. Não conhecia a sua essência, não conhecia seus princípios, mas sabia que existiam, lá em Natal, alguns núcleos. Até porque muitos monitores saíam do próprio curso de Educação Física da Universidade. Então, eles tinham essa interlocução comigo.

S.G. – Qual é o maior desafio da equipe colaboradora da coordenação? Qual o maior desafio ou os desafios possíveis de serem percebidos no cotidiano desse Programa que é tão grande?

J.M. – São vários desafios. Acho que o primeiro é logístico. Sentimos muito quando nós tínhamos só as duas equipes, porque o Brasil é um país continental, de dimensões continentais, e aí fazer, montar uma logística para atender... Se você tomar, por exemplo, o próprio Rio Grande do Norte que é um estado pequeno, nós temos municípios que ficam a mais de 550 Km de Natal, a capital, e que a gente tem que se deslocar para esses municípios. Montar uma logística para atender isso daí é lidar com pessoal que não tem a qualificação, embora a gente tenha os princípios de qualificação exigidos para se trabalhar no Programa. Mas chegar em cidades no interior, por exemplo, do Rio Grande do Norte, você sabe que não vai encontrar pessoas capacitadas em termos de qualificação a nível universitário para lidar com projetos, mas estão trabalhando nesse projeto. E o desafio de você compreender aquela realidade, para saber que ali você vai ter que relativizar, porque se você não relativizar e for considerar os princípios que estão postos nos documentos... Você tem que exigir nesse acompanhamento. Isso eu estou falando em termos de questões pedagógicas mesmo. É claro que passa pela administrativa, mas, se você não relativizar ali, você fecharia aquele núcleo, porque não tem pessoal que atenda as exigências, pessoal que se enquadre dentro dos critérios estabelecidos. Aí você tem que relativizar, porque você vê ao seu redor inúmeras crianças no qual o único espaço naquela cidade para fazerem alguma prática corporal é no Programa Segundo Tempo. Então, um dos desafios, além da logística, é em que momento a gente vai ter que saber usar o bom senso para relativizar e dizer: “Olha, não atende!”, mas existe um pacto social. Então, este olhar que vai além do que está posto na burocracia, que orienta, e que deve servir e serve de parâmetro para todo trabalho, principalmente na ordem da questão administrativa, é um dos maiores desafios que a gente tem visto no trabalho das equipes. O outro trabalho - isso daí já apareceu desde o início, no encontro de Maringá, em fevereiro de 2008 -, foi lidar com divergências. Divergências de

aportes teóricos, de aportes epistemológicos mesmo. Por isso que eu fico muito feliz de estar passando por essa experiência, porque hoje nós temos aqui 19 equipes, constituídas por todas as tendências. Ao longo da década de 1980, de tudo que foi dito sobre tendências da Educação Física, a gente tem no PST. Mas tem uma convergência para defender princípios teórico-metodológicos postos para orientar as pedagogias que serão vivenciadas nos núcleos. Isso para mim é muito importante, ter superado esse desafio, que não foi fácil, até porque o que a gente vivenciou lá em Maringá... As duas primeiras equipes quando se encontraram, foram mesmo para um embate teórico, e aí isso criou uma cisão muito grande entre as duas universidades âncoras, a UFRN e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por conta das diferenças dos aportes, e, naquele momento, nós não tivemos condições de avançar no debate e polarizamos. Hoje, nós estamos com um coletivo composto por tantas tendências, mas que estas tendências não polarizam e se respeitam. Então, eu acho que isso mostra o amadurecimento de todas as pessoas envolvidas nesse processo e, principalmente, mostra que a Educação Física brasileira é capaz de dialogar nessa diversidade de opções teóricas que as pessoas têm que fazer: “Olha, você tem razão, como eu também tenho”. Nós estamos, cada um, expressando nossos aportes teóricos, as nossas crenças, opções que nós tivemos que fazer. Então, isso aí foi um desafio muito grande para todas essas equipes: superar essas tendências e ver que no fundo elas têm pontos de convergência.

S.G. – Tem.

J.M. – Elas têm algumas semelhanças em relação ao propósito desse controle social do Programa Segundo Tempo.

S.G. – Acredito que o processo de capacitação que o próprio Programa desenvolveu colaborou para esta convergência de interesses, não é? Teve uma contribuição enorme.

J.M. – Totalmente, porque mostrou a diferença, e porque começa a analisar o processo. Quem vem acompanhando desde o início têm bem nítido estes avanços, porque há um próprio amadurecimento das pessoas que foram concebendo os ciclos de capacitação, até em termos de produção do material didático, a forma como foi dialogado, a forma como foi construído cada material didático. Num primeiro momento, que foi o primeiro ciclo de

escolarização, que, embora, nós tivéssemos duas equipes, duas universidades âncoras, o material e o tempo que nós tivemos, não foram suficientes para socializar os textos, socializar o material didático que orientou o primeiro ciclo de capacitação. Por não ter tido este tempo de socialização dos trabalhos - quando nós chegamos em Maringá, em fevereiro de 2008, o material estava praticamente pronto - a polarização se deu porque nós não tivemos a oportunidade que nós tivemos na de 2009.

S.G. – Foi aquele encontro Maringá também que a gente apresentou, discutiu, rediscutiu, reescreveu...

J.M. – Exatamente. Discutimos, nos alimentamos, reescrevemos os textos. Levamos para Campinas um novo debate, novos diálogos. O novo texto surgiu. E foi assim, um processo de construção coletiva que faz parte de todo este processo de amadurecimento. Então, hoje, eu sempre falo para o Amauri: nós tivemos um namoro conturbado, mas um casamento sólido, para chegarmos ao que nós estamos hoje. Ao que pese a necessidade e o valor das visitas *in loco*, que são realizadas, mas a capacitação, para mim, é a mola mestra desse acompanhamento. Sem ela, fica muito difícil. E lamento que ainda a gente não tenha conseguido um modelo - que eu ainda não considero ideal - para termos isso tudo nas discussões que nós tivemos o ano passado para formatar o segundo ciclo de capacitação. As capacitações estão ainda muito pontuais. A gente ainda não chegou a um modelo que tenha uma capacitação continuada, que ela não se esgota só naqueles três, quatro dias que a gente fica. Mas que a gente chegue a ter uma possibilidade de acompanhar, de ter instrumentos, de ter estratégias, ter uma capacitação permanente. Sabemos que alguns núcleos se reúnem nas reuniões pedagógicas e tudo o mais, e o material didático que, foi produzido para a segunda etapa da capacitação, já convida o pessoal para isso aí: “Olha, é permanente. Olha as tarefas, olha o que é que vocês podem fazer”, e tudo mais, a partir dos textos que estão lá colocados, para aquelas atividades desencadeadoras. Mas as capacitações são essenciais para essa consolidação do PST.

S.G. – Eu acho que também que é o investimento maior e que tem que ser permanente e contínuo. Acho que o vídeo que a gente acabou gravando agora também faz parte desse processo. Uma das coisas - que eu tenho entrevistado vários monitores - é a dificuldade do

que a gente discute aqui chegar lá na ponta. Que é o processo que a gente sabe que o Programa está investindo.

J.M. – Permanente é. Faz parte. É verdade. Eu acho, porque isso acontecia muito. Olhando para o passado, olhando para trás, a gente vê, pelo pouco que eu conheci do PST antes de ingressar nessas equipes, que era tido assim como uma atividade qualquer.

S.G. – Exato.

J.M. – Então, embora ele seja um projeto social, ele tem um grande impacto na sociedade brasileira, e, a exemplo de outros projetos sociais, eles são feitos sem muito esmero, sem muito cuidado na sua organização, e as pessoas achavam que iam fazer qualquer coisa, de qualquer jeito. Hoje não! Você tem o PST como projeto social, mas a formação pedagógica dele é como se fosse um componente curricular.

S.G. – Exatamente.

J.M. – Então, isso faz parte dos investimentos que foram feitos. E as pessoas tiveram que se adequar a essas exigências: “Olha, tem que planejar, não é só ir lá e jogar uma bola”. Então, você tem toda uma formação, ou uma organização didática semelhante a um componente curricular ofertado num ensino regular. Isso mostra a riqueza dele. E a preocupação que todos nós estamos tendo em qualificá-lo, tanto em termos pedagógicos quanto administrativos. É claro que as mazelas ainda continuam existindo, mas a gente se dá ao luxo de pontuar hoje, com bastante clareza, quais são os convênios que são exitosos e mostra: “Olha, esses aí realmente vestiram essa camisa” que foi tecida ao logo desses três anos para dar conta de um modelo ideal de controle social de um projeto que recebe muitos recursos públicos para serem canalizados.

S.G. – Talvez o carro chefe do Ministério do Esporte, hoje, é o Programa Segundo Tempo. Enfim, eu não sei se tem mais alguma coisa que tu gostarias de deixar registrado para o nosso projeto da memória sobre o Programa Segundo Tempo?

J.M. – Eu gostaria de registrar o seguinte: pelas coisas que eu ouvia sobre o PST, quando ele começou em 2003, e com base no pouco que eu conhecia, eu tinha uma ideia muito negativa. Eu tinha um quadro muito negativo do projeto. Hoje, eu tenho um quadro bastante positivo. Até porque eu não teria ficado se eu não tivesse acreditado na proposta que foi apresentada a partir de Amauri, dos contatos com Amauri e com toda equipe que ele formou. Lamentei profundamente a UFRN ter tido as dificuldades que teve. Mas hoje eu até me tranquilizo, porque se não, não teríamos estrutura, inclusive, eu como coordenador, para segurar, por exemplo, o que Selda⁴ e Ricardo seguram. Porque não teríamos, por conta de outras demandas, outros compromissos. Mas eu vejo o PST hoje, e gosto de registrar a relevância dele principalmente em contextos, ou em cenários sociais, nos quais, se ele não existisse, as crianças não fariam nada, mesmo sendo a Educação Física obrigatória nesse país como componente curricular. Então, esse amadurecimento e essa visão que tenho hoje me mostra exatamente, me leva para um caminho num sentido de chegarmos a um nível de amadurecimento que traga a Educação Física escolar para um diálogo mais direto com o PST. Coisa que eu ainda sinto falta, até na fala agora, do Secretário quando ele diz ampliar o esporte escolar vinculado ao projeto pedagógico da escola. Eu digo: “Meu Deus!”. Porque, antes o projeto pedagógico, ampliar e fortalecer a parceria do PST com a Educação Física escolar e, por sua vez, vinculado ao projeto pedagógico da escola. Eu acho que a gente ainda está. Nós não conseguimos ainda, ao longo desses três anos, embora os textos do material didático reforcem isso daí, deixar claro esta parceria do PST com a Educação Física escolar. Eu gostaria de deixar registrado isso porque é uma necessidade, até porque a gente ainda encontra, em alguns núcleos, os programas sociais. Não é mérito do PST, mas o Mais Educação⁵, os Amigos da Escola⁶, o próprio PST substituindo as aulas de Educação Física escolar. Isso é um equívoco que a gente, ao longo desses três anos, vem trabalhando. A Educação Física escolar tem um objetivo muito claro enquanto componente curricular. Ela pode ser amplificada a partir desses projetos sociais que estão na escola, e esse diálogo ainda precisa ser mais amplificado. Então, eu acho que faz parte desse processo. Nós não tivemos talvez ainda tempo suficiente para amadurecer bastante quais são os parâmetros desse diálogo, como a gente vai fazer esse diálogo. Que eu acho que vai estar aí na pauta, na nossa agenda de

⁴ Selda Engelman. Diretora administrativo-financeira do Programa Segundo Tempo.

⁵ Programa desenvolvido pelo Ministério da Educação.

⁶ Projeto social fundado pela Rede Globo, em agosto de 1999, que visa fortalecer a rede pública de ensino básico.

trabalho, pelo menos de quem ficar aí nos próximos meses, nos próximos anos para efetivamente estabelecer esse diálogo dos programas sociais na escola com a Educação Física escolar. Ela ainda não tem aparecido como deve aparecer. E aí eu acho que não, qualquer política de esporte, independente se for esporte de rendimento ou se for de esporte educacional, esporte para o lazer das pessoas e tudo mais, se não passar - hoje para mim está muito claro isso daí - por esse diálogo necessário com a Educação Física escolar, ela vai estar sempre amputada de uma coisa, da contribuição da Educação Física escolar como uma verdadeira propulsora de outras intervenções que tem o esporte como potencializadora das ações. Eu sinto falta ainda desse diálogo e dessa parceria firme, desses projetos sociais com a Educação Física escolar. Como eu sou encantado por ela...

S.G. – E são os desafios agora dos próximos anos.

J.M. – São os desafios. Quem vai ficar, está recebendo tudo muito organizado. Quando começou, nós começamos praticamente do zero. Ao que pese a experiência da UnB com a capacitação realizada, mas essa estrutura, esse controle social, não existia. Tanto é que os relatórios financeiros, a gente sabe como eles foram feitos nos primeiros convênios assinados. Hoje não! Hoje, a gente tem esse controle social bem caracterizado e bem operacionalizado, e acompanhado. Eu acho que é um dos grandes desafios que a gente tem. Já que está se falando tanto em projeto social na escola, em projeto pedagógico, tem que trazer para o palco dessa discussão a Educação Física escolar.

S.G. – Ok, Pereira, muito obrigada pela entrevista e sucesso aí nos próximos anos de PST.

[FINAL DO DEPOIMENTO]